

el

At

Reunião Ordinária – Ata nº 05/2015**Data** – 2015-03-11**Início** – 09.30 horas**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo** – 10.45 horas**Presenças:****Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque**Vereadores** João Carlos Caseiro Gomes
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatós Reis
Luís Filipe Correia Dias
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório
Avelino Manuel Conceição Manana**A Técnica Superior** – Catarina Alexandra Justino Santos**Falta justificada** – Não esteve presente a vereadora Celeste Maria Ferreira Riachos Simão por se encontrar de férias.

Foi apresentada justificação e considera justificada a ausência da vereadora Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório à reunião de câmara do dia 24 de fevereiro de 2015.

**Resumo Diário da Tesouraria de 10-03-2015:**

a) Dotações Orçamentais.....	€5.169.212,49
b) Dotações não Orçamentais.....	€145.500,18
Total das Disponibilidades	€5.362.978,92



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.

PL

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(nº 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

GR

Esteve presente o munícipe José Maria Brás, residente em Carreira do Mato, Abrantes, que apresentou uma exposição escrita acerca do encaminhamento de águas pluviais para terrenos privados e dos danos causados alegadamente pelos proprietários de terrenos naquela localidade.
– PG 213274

A Presidente da Câmara agradeceu a presença do munícipe e encaminhou o assunto para os serviços para análise.



Estiveram igualmente presentes os munícipes Diamantino Fouto Jacinto e o seu filho, Luís Manuel da Costa Fouto, que abordaram os problemas existentes em São Macário. Reforçaram o teor da exposição apresentada em 26 de fevereiro de 2015, na qual reportaram a ocorrência de comportamentos inadequados por parte de crianças de etnia cigana que, com frequência, atiram pedras, lixo, garrafas e outros objetos para a sua propriedade e dos riscos que daí advêm para as pessoas que estejam na proximidade.

Lembraram ainda que as crianças estão em idade escolar e que não estarão a frequentar a escola. – PG 211023

A Presidente da Câmara, lamentando os factos reportados, referiu que a Câmara Municipal, através da mediadora municipal, deslocou-se imediatamente ao local para intervenção relativamente às questões reportadas e a autarquia foi informada que as crianças já se encontram todas a frequentar a escola.

Contudo, o assunto será novamente analisado para verificação e para que sejam tomadas medidas.



A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção da vereadora Elza Vitório, por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

PL
CT

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara deu conta do programa da visita oficial do Presidente da República ao concelho, que decorre hoje, dia 11 de março, no âmbito das Jornadas Florestas Com(n)vida promovidas pela AIF — Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal estando prevista uma visita à Herdade da Caniceira.

Tomado conhecimento.



Informou que, no próximo dia 13 de Março, irá ser inaugurada a sede da Associação de Agricultores de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, com a presença da Ministra da Agricultura e do Mar.

Disse que, na sequência da cedência por parte da autarquia do edifício da antiga escola primária, em Arrifana, por um período de 35 anos, a associação realizou as obras de requalificação do edifício que agora é inaugurado, permitindo que a associação tenha agora a sua primeira sede própria, quase trinta anos após a sua fundação.

Tomado conhecimento.



Deu conhecimento da visita do Secretário Estado Alimentação e da Investigação Agroalimentar ao INOV'LINEA, no Tecnopolo, onde se inteirou das valências existentes para o apoio ao sector alimentar regional e nacional no Centro e Transferência de Tecnologia Alimentar, tendo tecido vários elogios ao Tecnopolo do Vale do Tejo.

Tomado conhecimento.



Informou que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a Comissão Diretiva do Centro 2020 promoveram na passada sexta-feira, dia 6 de março, duas sessões de divulgação sobre o Programa Operacional Regional Centro 2020, nas quais esteve presente a Presidente da CCDR-Centro (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional).

Pretendeu-se fazer a divulgação o mais abrangente possível, de modo a sensibilizar o maior número de pessoas para as oportunidades de financiamento criadas no âmbito do Centro 2020. A primeira sessão decorreu de manhã na sede da CIMT dirigida aos municípios. Durante a tarde, a segunda sessão, decorreu no Instituto Politécnico de Tomar, dirigida a toda a comunidade.

Pl
G

A Presidente da Câmara aproveitou a alusão feita ao tema do Programa Operacional Regional Centro 2020 para dar informação e, ao mesmo tempo, fazer uma declaração relacionada com o quadro comunitário de apoio.

Referiu que, na passada segunda segunda-feira, esteve presente na reunião de acompanhamento do Portugal 2020, que decorreu no CNEMA, em Santarém, nomeadamente para aprovação dos critérios subjacentes aos regulamentos que, em princípio, estarão disponíveis ainda este mês em matéria de competitividade.

Fez notar o trabalho desenvolvido pela atual e pela anterior presidência da CCDR Centro no sentido da articulação em rede, com todos os "stakeholders", e salientou que o Programa Operacional Regional Centro 2020 define os objetivos estratégicos para toda a região. A CIMT e concretamente o Município de Abrantes estão a alinhar as suas estratégias em função disso.

Referiu que a CIMT tem em curso o desenvolvimento de uma abordagem territorial integrada e, no que diz respeito particularmente ao Plano Estratégico Abrantes@2020, disse que ainda há muitos condicionalismos e muita indefinição que motivam alguma cautela na apresentação pública da estratégia. Em grosso modo, a estratégia está estabelecida, mas faltam ainda as orientações dos programas nacionais e regionais específicas para poder ser desenvolvida.

Manifestou a sua preocupação pelo facto de os meios que vão ficar disponíveis para as autarquias serem muito escassos e que, por isso, o investimento público vai ser muito diminuto.

Enfatizou ainda grande preocupação com o facto de ter conhecimento de que foi feito um mapeamento regional sobre as intervenções prioritárias em várias áreas, em concreto na saúde, no emprego, na educação e na cultura e que, nem a CIMT, nem os municípios, foram envolvidos. Nesse sentido, a CIMT está a diligenciar para, com a maior brevidade possível, possa reunir com os responsáveis regionais ou nacionais sobre esta matéria, para conhecer as prioridades para região. Salientou ainda o facto de se saber que, inclusivamente, alguns destes mapeamentos já foram entregues a Bruxelas para validação, pelo que considera pouco correto que tanto a CIMT, como os municípios, enquanto atores responsáveis no território, não tenham sido parte envolvida neste projeto.

Tomado conhecimento.



Manifestou o seu agrado pelo facto de os vinhos Casal da Coelheira terem sido, uma vez mais, premiados a nível internacional. Desta vez, as distinções foram no Concurso Vinalies, em Paris, onde foi premiado com medalha de prata o Casal da Coelheira Branco 2014, e no Concurso Mundus Vini, na Alemanha, onde foram premiados, com medalha de ouro, o Tinto 2012 e o Casal da Coelheira Reserva Tinto 2012 e, com Medalha de Prata, o Mythos 2012.

Tomado conhecimento e apresentar à empresa as congratulações do município pelas distinções obtidas.

A Presidente da Câmara referiu que também a Casa Anadia anunciou na semana passada um sólido crescimento no ano de 2014, com aumento das exportações superior a 100 por cento, entrando em novos mercados, nomeadamente no Canadá. Em breve chegará ao Japão, onde a empresa vai estar presente, em março, numa Feira Internacional. A empresa destacou ainda a previsão de manter o crescimento para 2015 e que se serão lançados novos produtos ao longo de 2015.

Tomado conhecimento.



Deu conhecimento de que a cortiça da empresa Sofalca chegou a Washington, através da sua contribuição para a instalação "Prazeres 28" – um emblemático elétrico lisboeta integralmente produzido em cortiça negra. A peça, que está a despertar curiosidade nos Estados Unidos, está exposta no Kennedy Center até 24 de março, durante o "Iberian Suite Festival 2015".

Disse tratar-se de um trabalho do artista plástico Nuno Vasa, que escolheu trabalhar com cortiça preta e a empresa Sofalca cedeu todo o material e o trabalho dos seus funcionários. O artista começou a desenvolver o trabalho no seu atelier em Lisboa e, no último mês e meio, esteve em Abrantes a trabalhar com os funcionários da empresa.

Tomado conhecimento e dirigir à empresa as congratulações pelo sucesso alcançado.



Deu conta que, no dia 01 de março, os atletas do Clube Náutico de Abrantes participaram em Tomar no Torneio Inter-regional de Velocidade da Associação de Natação do Distrito de Santarém e regressaram a casa com seis títulos de Campeão Inter-Regional de Velocidade, destacando-se André Mendes que se sagrou campeão inter-regional nos 50m Mariposa e 100m Estilos e Madalena Silva que subiu ao primeiro lugar do pódio nos 50m Bruços, 50m Mariposa e 100m Estilos. A estafeta masculina de 4x50m Estilos, com Afonso Gaspar, Ruben Matos, André Mendes e João Gaspar também obtiveram o título inter-regional.

Disse que, também do Clube Náutico, a atleta Maria Madalena Sousa da Silva foi convocada para a representar a Seleção Portuguesa Feminina de Natação no Campeonato do Mundo do Desporto Escolar em Poznan – Polónia, que vai decorrer entre 16 e 21 de Abril.

Tomado conhecimento e apresentar ao clube as congratulações do município desejando sucesso na prestação das provas.



Disse que O Clube Desportivo "Os Patos" venceu no passado fim-de-semana a Taça de Futsal Seniores Masculinos da Associação de Futebol de Santarém e no próximo fim de semana, a equipa júnior vai disputar uma final.

Pl
Cat

Tomado conhecimento e apresentar ao clube as congratulações do município desejando as maiores felicidades para a próxima prova.



A Presidente da Câmara informou que a abertura Pousada da Juventude, após encerramento no período de inverno, foi antecipada e que está agendada para o dia 18 de março de 2015.

Tomado conhecimento.



Deu conhecimento que no próximo dia 14 de março terá início o X Festival de música da Beira Interior, com a realização de um espetáculo no Cine Teatro São Pedro, em Abrantes, pelas 21.30 horas.

Trata-se de uma iniciativa patrocinada pela Scutvías - Autoestradas da Beira Interior, S.A.. constituída por três dias dedicados à música, com quatro concertos ao longo do eixo da A23, mais concretamente em Abrantes, na Covilhã, em Mação e na Guarda.

Tomado conhecimento.



Informou também que esteve presente, em conjunto com outros parceiros, no dia 10 de março, numa audição conjunta no Conselho Nacional de Educação sobre o processo de transferência de competências na área da educação.

Acrescentou ainda que conta realizar, muito em breve, uma reunião com os membros da Assembleia Municipal sobre esta temática.

Tomado conhecimento.



VEREADOR JOÃO GOMES

O vereador João Gomes abordou a questão das obras na Ponte Rodoviária sobre o Rio Tejo, referindo que recentemente reuniu, com o vereador Manuel Valamatos e com a EP – Estradas de Portugal. Foi-lhes transmitido que os diversos pedidos apresentados pelas empresas para a circulação de pesados na ponte nesta fase da obra não poderiam ser atendidos. A única exceção a esta situação será a autorização para a circulação de viaturas pesadas de recolha de resíduos sólidos urbanos, quando estão ainda vazias e no sentido norte-sul, por uma questão de saúde pública, já que a inviabilização da sua passagem implicaria alteração nos circuitos de recolha e a mesma deve ser realizada diariamente.

21

02

Quanto ao prazo de execução, foi referido pela EP que, pese embora o atraso ocorrido na primeira fase, se pressupõe que o prazo de conclusão inicialmente previsto não venha a sofrer alterações.

Tomado conhecimento.



VEREADOR MANUEL VALAMATOS

O vereador Manuel Valamatos deu conta que as situações reivindicadas pelos pais e encarregados de educação da Escola de Alvega, nomeadamente as relacionadas com a segurança, já foram resolvidas com o empenho da Junta de Freguesia.

Neste momento falta ainda a intervenção nas janelas do edifício, mas, para a sua realização, aguardar-se-á pela melhoria definitiva das condições climatéricas.

Existem ainda outras questões de nível estrutural mas que só podem ser resolvidas com uma grande intervenção, como já foi oportunamente explicado pela Presidente da Câmara.

Tomado conhecimento.



Aproveitou para referir que, à semelhança de anos anteriores, estão a ser organizadas visitas dos alunos do 4º ano do ensino básico, das escolas do concelho, à ETA – Estação de Tratamento de Águas da Cabeça Gorda, para melhor conhecerem o ciclo urbano da água. A cada aluno é oferecido um saco com pequeno lanche e com uma garrafa para utilização com água proveniente da distribuição domiciliária.

Tomado conhecimento.



VEREADOR AVELINO MANANA

O vereador Avelino Manana, atendendo à agenda das reuniões com o partido, solicitou que quando as datas de realização da reunião de câmara sejam adiadas e mesmo que o limite legal seja mais alargado, a ordem de trabalhos seja remetida no mesmo dia da semana, ou seja à quinta-feira.

A Presidente da Câmara disse que, quando as reuniões de câmara se realizam à quarta-feira o limite legal de entrega da ordem de trabalhos é a sexta-feira anterior e que, por isso, se aproveita para a inclusão de mais assuntos, para que não fiquem pendentes até à reunião seguinte.

Handwritten signature

Handwritten mark

Contudo, atendendo ao solicitado, serão feitos todos os esforços para que, em eventuais situações futuras, se mantenha o dia de envio da ordem de trabalhos, mesmo que o limite seja mais alargado.



VEREADORA ELZA VITÓRIO

A vereadora Elza Vitório deu conta que alguns residentes na Rua General Humberto Delgado lhe fizeram chegar sinais de mau estar relativamente à quantidade de pó no ar, com origem no asfalto, provocado pelas viaturas afetas às obras que decorrem na Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes, pelo que sugeriu a adoção de medidas por parte da autarquia que minimizem o impacto na vida dos residentes daquela rua.

A Presidente da Câmara disse que será avaliada tecnicamente a possibilidade de intervenção, mas que deverá ser difícil a resolução desse problema apenas molhando o asfalto, já que rapidamente seca.

Disse ainda que poderá ser verificado junto da empresa se o acondicionamento das cargas está a ser devidamente acautelado.



ORDEM DO DIA

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Gabinete de Apoio à Presidência

Nº 01 - Para conhecimento a Presidente da Câmara, apresentou o ofício nº 6, datado de 25 de fevereiro de 2015, da Assembleia Municipal que remete as deliberações aprovadas em minuta, relativas à Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou no dia 20 de fevereiro de 2015, e que serão anexas aos respetivos processos: PG 210929

- Regulamento Municipal de Uso de Fogo e de Limpeza de Terreno - alterações; - PG183808
- Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes - Pedido de autorização para transmissão de participação social na sociedade concessionária; - PG 161848
- Fornecimento de areia aos Cemitérios – Dia de Finados; - PG 190668
- Apoio às Juntas de Freguesia:
- Aquisição de Abrigo de Passageiros – Junta de Freguesia de Fontes; - PG 206804
- Pedido de Colaboração – Junta de Freguesia de Pego - canal de escoamento e encaminhamento de águas pluviais na Rua das Covas; - PG 192785
- Autorização Prévia nos termos da LCPA – Despesas Plurianuais 2015; - PG 202674
- Autorização Prévia Genérica – Serviços Municipalizados de Abrantes – Despesas Plurianuais 2015; - PG 206876

01

02

- Compromissos plurianuais:
 - Aquisição de combustível – Serviços Municipalizados de Abrantes; - PG 206880
 - Aquisição de eletricidade (BTN) - Serviços Municipalizados de Abrantes; - PG 206879
 - Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal; - PG 195068
 - Aquisição de serviços de publicidade no Jornal de Abrantes, relativos ao Município de Abrantes; - PG 206499
 - Aquisição de serviços de publicidade na Rádio Antena Livre, relativos ao Município de Abrantes; - PG 206500
 - Aquisição de serviços de publicidade no Jornal Abarca; - PG 206497
 - Aquisição de bens e serviços - Aquisição de equipamentos multifunções de impressão, cópia e digitalização; - PG 205423
 - Aquisição de Serviços para a elaboração do Projeto de Restauro, Reabilitação, Remodelação e Ampliação do Edifício Carneiro para Instalação do Núcleo de Arte Contemporânea Charters de Almeida em Abrantes; - PG 197712
 - Aquisição de Serviços para Fornecimento de Refeições às Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância do Concelho de Abrantes; - PG 206600
 - CRIA - Protocolo de Parceria – Equipa Local de Intervenção (ELI) de Abrantes/Sardoal/Mação; - PG 86081
 - Gestão do Canil Intermunicipal; - PG 77265
 - Contrato de fornecimento de energia elétrica – Rua Nossa Senhora da Conceição - alojamento de médicos; - PG 202241
 - Autorização de despesa para celebração de contratos de fornecimento de água e para fornecimento de gás para o Imóvel sito na Rua Nossa Senhora da Conceição - alojamento de médicos; - PG 200588
 - Renovação do Serviço dos TPA's instalados no atendimento do Novo Banco; - PG 205776
 - Aquisição de Serviços para utilização da Plataforma de Contratação Eletrónica; - PG 206518
 - Aquisição de combustíveis líquidos. - PG 205702

Tomado conhecimento.



Nº 02 – Para conhecimento a Presidente da Câmara, apresentou a circular 21_2015_SA da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, datada de 20 de fevereiro de 2015, relativa à gestão de pessoal, no âmbito do artigo 62º da Lei Nº 82-B/2014, de 31 de dezembro. – PG 210435

Tomado conhecimento e remeter à Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Capital Humano para ter em consideração.

21

05

Nº 03 – Para conhecimento a Presidente da Câmara, apresentou correspondência do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, a remeter resposta do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, à pergunta que lhe foi dirigida pelos Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, no âmbito dos contratos de emprego-inserção nas escolas públicas. – PG 210730

Tomado conhecimento.



Nº 04 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente ao Relatório de Avaliação do Direito de Oposição relativo a 2014, conforme abaixo se transcreve: - PG 209633

"Considerando que a Lei nº 24/98, de 26 de maio, que aprova Estatuto do Direito de Oposição (EDO), assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das autarquias locais;

Considerando que, nos termos da alínea yy) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal dar cumprimento, ao Estatuto do Direito de Oposição – competência essa delegada na Presidente da Câmara, por deliberação de 21 de outubro de 2013;

Considerando que, de acordo com alínea u) do n.º 1 do artigo 35.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à presidente da câmara municipal promover o cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição e a publicação do respetivo relatório de avaliação;

Considerando que, nos termos do referido Estatuto, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, no ano subsequente àquele a que se refiram, relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido Estatuto;

Proponho a aprovação do Relatório de Avaliação do Direito de Oposição relativo ao ano 2014, em anexo, elaborado em conformidade com o disposto no Estatuto do Direito de Oposição, a remeter aos titulares do direito de oposição nele referidos, para sobre eles se pronunciarem, em cumprimento do artigo 10º, nº 2 do referido Estatuto.

Proponho igualmente a sua publicação no Boletim Municipal e na página da internet do município, após decorrido o período de apreciação pelos titulares acima referidos."

Deliberação: Por maioria, com o voto contra da vereadora Elza Vitório, aprovar o Relatório de Avaliação do Direito de Oposição relativo a 2014, nos termos da proposta apresentada.

A vereadora Elza Vitório disse que o seu voto contra se devia ao facto de haver alguma morosidade na entrega de respostas aos requerimentos apresentado pelo PSD pelos órgãos competentes, de a informação ser incompleta nalgumas respostas e da falta de resposta aos

21
C

requerimentos apresentados há vários meses. Salientou ainda o tratamento que entende ter sido desigual na transcrição para a ata das suas intervenções, referindo-se ao caso concreto de ter ficado em ata uma declaração da Presidente da Câmara na reunião de 25 de março de 2014 em que teceu considerações sobre uma intervenção anterior sua, mas que a sua resposta a essa declaração, na reunião seguinte, não foi considerada.

A Presidente da Câmara esclareceu o sucedido em concreto na situação apontada pela vereadora relativamente à transcrição para a ata, salientando que a sua declaração não foi transcrita, por ser extensa, mas sim anexada à ata, portanto faz parte integrante da mesma.

Disse ainda que não tinha perceção da falta de resposta da Câmara Municipal a algum pedido do PSD, mas que iria ser analisada essa questão.



Divisão de Gestão Financeira e Administrativa

Nº 05 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 04 de março de 2015, remetendo para aprovação, a assunção de compromisso plurianual, para abertura de procedimento para "Fornecimento de Energia Elétrica para o Centro Comercial Millenium, no âmbito do projeto Bairro Convida", pelo prazo de 12 meses, no montante de 24.300,00€ (vinte e quatro mil e trezentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. – PG 206765

A vereadora Elza Vitório, pese embora anteriormente tenha votado favoravelmente este projeto, disse que se iria abster por considerar não estar clarificada a intervenção de uma empresa privada e não estarem ainda clarificados os compromissos financeiros que a autarquia iria assumir.

A Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos.

O vereador Avelino Manana apresentou um conjunto de questões relativamente a este projeto, conforme se transcreve:

"Embora tivéssemos votado contra o modo de implementação do Projeto Bairro com Vida e nossa intenção acompanhar o desenvolvimento desse projeto e, nesse sentido, queremos colocar algumas questões:

- 1. O plano de ação conjunto – previsto, pela cláusula 4ª, pontos 1 e 2, ter de ser apresentado num prazo de 1 mês após a assinatura do protocolo - já foi elaborado? Solicitávamos a sua consulta.*
- 2. Qual o ponto da situação em relação ao início das atividades previstas no Plano de atividades?*
- 3. Qual o montante dos encargos, assumidos pela Camara, em relação a apoios de instalação, bem como financeiros às associações instaladas? (cláusula 5ª d) e g)), bem como o montante na aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento das atividades, nomeadamente na sala de cinema e na pastelaria (cláusula 5ª f).*

Ata da reunião da Câmara Municipal de 11 de março de 2015

Cl

4. *Estando prevista, para efeitos de avaliação do projeto, a elaboração – pela CMA – de relatório a apresentar semestralmente ao CMS, solicitávamos que estes nos fossem facultados.” – PG 213019*

Cat

A Presidente da Câmara remeteu as questões colocadas para os serviços, no sentido de ser entregue a informação, se possível, na próxima reunião.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção da vereadora Elza Vitório e o voto contra do vereador Avelino Manana, aprovar a assunção de compromisso plurianual para abertura do referido procedimento para “Fornecimento de Energia Elétrica para o Centro Comercial Millenium, no âmbito do projeto Bairro Convida”, pelo prazo de 12 meses, no montante de 24.300,00€ (vinte e quatro mil e trezentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no âmbito da Autorização Prévia dada pela Assembleia Municipal, em sessão 20 de fevereiro de 2015, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.

O vereador Avelino Manana disse votar contra, em coerência com as posições expressas em reunião do executivo ocorrida em 22 de abril de 2014, as quais mantem.



Nº 06 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 04 de março de 2015, remetendo para aprovação, o relatório final do júri do procedimento referente ao concurso público para “Aquisição de Serviços de Limpeza dos Edifícios Municipais”, no qual sugere adjudicação à firma “Nova Serviços, Lda.”, pelo montante de 179.160,00€ (cento e setenta e nove mil cento e sessenta euros) por ano, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que corresponde ao valor de 537.480,00€ (quinhentos e trinta e sete mil quatrocentos e oitenta euros), mais IVA à taxa legal em vigor, para os 3 anos de eventual vigência do contrato. – PG 184410

Deliberação: Por unanimidade, adjudicar a “Aquisição de Serviços de Limpeza dos Edifícios Municipais”, à firma “Nova Serviços, Lda.”, pelo montante de 179.160,00€ (cento e setenta e nove mil cento e sessenta euros) por ano, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que corresponde ao valor de 537.480,00€ (quinhentos e trinta e sete mil quatrocentos e oitenta euros), mais IVA à taxa legal em vigor, para os 3 anos de eventual vigência do contrato, nos termos e com os fundamentos do relatório final do júri do procedimento do referido concurso público.

À Divisão de Gestão Financeira e Administrativa para os devidos efeitos.

PL

OK

Nº 07 – Proposta de Deliberação do vereador e Vice-Presidente Presidente da Câmara, João Gomes, remete para aprovação, o seu despacho que de 9 de março de 2015, na sequência da informação da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, aprovou o parecer prévio vinculativo referente à aquisição de serviços para a utilização de “Plataforma Eletrónica de Contratação Pública”, sendo o preço base (máximo) do procedimento de 17.700,00€ (dezassete mil e setecentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para o período de 3 anos, que corresponde a um montante anual de 5.900,00€ (cinco mil e novecentos euros), acrescido de IVA, sendo o convite endereçado à “Construlink – Tecnologias da Informação, S.A.”. – PG 206518

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente, em substituição da Presidente da Câmara, essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do Vice-Presidente que aprovou o parecer prévio vinculativo, referente à aquisição de serviços para a utilização de “Plataforma Eletrónica de Contratação Pública”, nos termos da referida informação da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



Nº 08 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para o pedido de parecer prévio vinculativo de aquisição de serviços para elaboração do “Projeto de Restauro, Reabilitação, Remodelação e Ampliação do Edifício Carneiro para a Instalação do Núcleo de Arte Contemporânea Charters de Almeida em Abrantes”, pelo valor máximo de 74.890,00€ (setenta e quatro mil oitocentos e noventa euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo o convite endereçado à sociedade comercial “Victor Mestre | Sofia Aleixo Arquitectos, Lda.”. – PG 197712

A Presidente da Câmara deu conta dos objetivos deste investimento, quer para esta instalação em concreto e para edifício, quer para a zona envolvente, fazendo referência também à estratégia cultural e turística para a cidade.

A vereadora Elza Vitório disse que se iria abster neste ponto, em coerência com a intervenção do PSD na última Assembleia Municipal. Disse que este projeto se enquadra em duas dimensões, sendo a questão da reabilitação do imóvel muito importante. Disse que tinha algumas questões sobre o projeto, mas que já foram respondidas pela Presidente da Câmara. Contudo, salientou ainda duas questões, às quais a Presidente também respondeu: uma relacionada com a dimensão do espólio, questionando se o mesmo justifica a criação de um museu, outra com o facto de podermos estar em presença de um novo ciclo do MIAA.

O vereador Avelino Manana manifestou a sua preocupação com o financiamento do projeto e lamentou o facto de a Presidente da Câmara não ter prestado estas informações complementares

Cl
Ct

aquando da aprovação do compromisso plurianual na reunião de câmara de 19 de dezembro de 2014.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção da vereadora Elza Vitório, aprovar o pedido de parecer prévio vinculativo de aquisição de serviços para elaboração do "Projeto de Restauro, Reabilitação, Remodelação e Ampliação do Edifício Carneiro para a Instalação do Núcleo de Arte Contemporânea Charters de Almeida em Abrantes".



Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária

Nº 09 – Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão, apresentou uma informação, datada de 04 de março de 2015, sobre a quarta reunião do Conselho Municipal de Educação de Abrantes, realizada no dia 19 de fevereiro de 2015. – PG 211985

Tomado conhecimento.



Nº 10 – Proposta de deliberação da Vereadora Celeste Simão, acerca da informação do Serviço de Ação Social e Saúde da Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária relativa a dívida de renda por parte do arrendatário municipal José Manuel Maria dos Santos. – PG 212139

Deliberação: Por unanimidade, face aos fundamentos constantes na informação do Serviço de Ação Social e Saúde da Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária, perdoar a dívida de renda e respetivos juros, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014 e janeiro e fevereiro de 2015, no valor total de 128,70€ (cento e vinte e oito euros e setenta centimos), que corresponde a 85,80€ (oitenta e cinco euros) relativos a renda e 42,90€ (quarenta e dois euros e noventa centimos) relativos a juros;

Mais foi deliberada a suspensão do processamento das faturas para pagamento da renda com efeitos a março de 2015, tendo em conta que se prevê que o arrendatário rescinda o contrato de arrendamento e faça a entrega da chave.

À Divisão de Gestão Financeira e Administrativa e à Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária para procederem em conformidade.

Pl
Co

Nº 11 – Proposta de deliberação da Vereadora Celeste Simão, no seguimento do pedido apresentado pela Junta de Freguesia de Fontes a solicitar autorização à Câmara Municipal para conversão de espaço em garagem na antiga Escola Primária, sita na Rua Encosta da Ribeira, em Fontes, remete para aprovação a minuta do protocolo a celebrar com aquela Junta de Freguesia, com vista concretização efetiva da cedência da antiga EBM de Fontes. – PG 189706

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a minuta do protocolo de cedência precária de instalações do Município de Abrantes sitas na Rua Encosta da Ribeira, em Fontes (Antiga EBM de Fontes) à junta de Freguesia de Fontes, para uso da mesma em benefício da população, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Divisão de Cultura, Património e Desporto

Nº 12 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias, apresentou o resumo quinzenal dos diversos eventos a levar a efeito no período de 11 a 23 de março de 2015, no âmbito do plano de atividades para 2015 dos serviços municipais para as áreas de desporto, cultura, turismo, museus e património, bibliotecas e arquivo e juventude. – PG 211550

Tomado conhecimento.



Divisão de Gestão de Projetos e Produção

Nº 13 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 35 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 04 de março de 2015, dando conta de um pedido da sociedade comercial CIP – Construção, S.A., adjudicatária da empreitada de “Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes”, a remeter cópia do contrato de subempreitada celebrado com a sociedade comercial Brilhantability – Construções, Lda., possuidora do Título de Registo nº 110667, válido até 18 de fevereiro de 2020.

Nos termos do artigo 383.º do (CCP) é possível a existência de contratos desta natureza, até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 786.688,80€, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 1.048.918,40€.

O adjudicatário, para o efeito, anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante de 5.147,75€, representando 0,49% do valor da adjudicação da empreitada, estando atualmente subempreitados trabalhos no valor de 120.926,95€, representando 11,53%, do valor da adjudicação da empreitada, valor este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado em obra.

21
OK

Como não foram cumpridos todos os trâmites legais estabelecidos no artigo 385.º do CCP, deverá alertar-se a empresa adjudicatária, que no futuro deve, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP. – PG 211707

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro referenciado em obra, a pedido da sociedade comercial CIP – Construção, S.A., adjudicatária da empreitada de “Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes”, de acordo com a referida informação nº 35 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 04 de março de 2015.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Gestão de Projetos e Produção para os devidos efeitos.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 14 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 02/2015 CD do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 23 de fevereiro de 2015, acerca da operação de loteamento com obras de urbanização, em nome de Pegoconstroí, Lda. – 1281/01

Deliberação: Por unanimidade, aprovar nos termos propostos na referida informação nº 02/2015 CD do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, que se dá por transcrita e se anexa à presente ata.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 15 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 03/2015 CD do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 26 de fevereiro de 2015, acerca da operação de loteamento com obras de urbanização, em nome de Agrupol – Imobiliária, Lda. – 902/98

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

Reconhecer a caducidade da licença titulada pelo Alvará de Loteamento nº 11/2000, pelo facto da firma titular do processo não ter concluído as obras de urbanização no prazo fixado para o efeito (nem, tampouco, no prazo fixado nos condicionamentos da aprovação da receção provisória das mesmas obras), nos termos e ao abrigo do Artigo 38º do Decreto-Lei nº 448/91, de 29 de novembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 334/95, de 28 de dezembro (quadro legal aplicável ao presente licenciamento), procedendo-se à audiência prévia, de acordo com o nº 5 do Artigo 71º do Decreto-Lei nº 55/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas, convertendo-se a decisão como definitiva, decorrido esse período sem que a intenção da mesma seja, fundamentadamente, contestada.

Consolidada como definitiva essa caducidade, deverão ser acionados os indispensáveis procedimentos em matéria de cassação do alvará de licença e comunicação da mesma à Conservatória do Registo Predial, competências exclusivas da Presidente da Câmara.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para proceder em conformidade.



Nº 16 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

Tomado conhecimento.



Unidade Orgânica de 3º Grau de Ambiente e Sustentabilidade

Nº 17 – Para conhecimento, o Vereador Manuel Jorge Valamatós, deu conta de que o Município de Abrantes irá aderir à iniciativa “A Hora do Planeta”, desligando as luzes interiores e exteriores do Castelo e Praça D. Francisco D’Almeida, do Edifício dos Paços do Concelho e do Edifício Falcão, no dia 28 de março de 2015, entre as 20.30H e as 21.30H. – PG 208550

Tomado conhecimento.

Unidade Orgânica de 3º Grau de Desenvolvimento Económico e Turístico

Nº 18 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência do pedido da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas Nº 2 de Abrantes, a solicitar a cedência do espaço Mercado Criativo, no dia 14 de março de 2015, mediante a isenção do pagamento de taxas, com vista à realização de uma festa, para angariação de fundos destinados à realização de uma viagem de finalistas.

Solicita igualmente a cedência de um palco e de algumas grades anti-motim – PG 205793

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do espaço Mercado Criativo Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas Nº 2 de Abrantes, bem como o apoio solicitado, assim como a dispensa total do pagamento de taxas, no valor de 85,70€ (oitenta e cinco euros e setenta cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 19 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, referente a um pedido da Tagus – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, a solicitar a cedência do espaço Mercado Criativo, no dia 20 de março de 2015, entre as 19 e as 21 horas, mediante a isenção do pagamento de taxas, para a promoção de produtos locais, nomeadamente, dos novos vinhos da Quinta da Parrada. – PG 208095

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do espaço Mercado Criativo Tagus – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, mediante a dispensa total do pagamento de taxas, no valor de 32,34€ (trinta e dois euros e trinta e quatro cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 20 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 19 de fevereiro de 2015, que aprovou a suspensão por um ano da atividade da feirante Maria Alice Henriques de Oliveira Antunes, no lugar de terrado n.º 102, do mercado semanal da Abrantes, motivado pela crise e por um problema com a viatura de transporte. Mais aprovou a anulação das notas de débito emitidas, desde o mês de dezembro de 2014, uma vez já se encontra pago o mês de novembro de 2014, altura em que deixou de frequentar o referido mercado. – PG 205578

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que aprovou a suspensão por um ano da atividade da feirante Maria Alice Henriques de Oliveira Antunes, no lugar de terrado n.º 102, do mercado semanal da Abrantes.



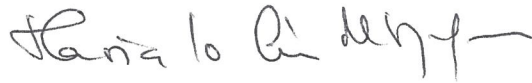
Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas dez horas e quarenta e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Técnica Superior a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



A TÉCNICA SUPERIOR





A submeter para a reunião de CM.
03.03.2015

CS
CF

De	Para	Info nº	Data
CARLOS SANTOS DUQUE Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística	JOÃO CARLOS GOMES Vereador da Câmara Municipal	02/2015 CD	23. 02. 2015
Assunto			

Operação de loteamento com obras de urbanização
Procº 1281/01 - "Pegoconstroi, Lda"

Relativamente à operação urbanística cujo licenciamento decorre pelo presente processo, ao seu historial e a desenvolvimentos havidos, importa diligenciar procedimentos vários que se afiguram como indispensáveis; importa, antes de mais, recordar o seguinte:

- O Procº 1281/01, iniciou-se através de instrução d.d. 27.09.2001, de licenciamento de uma Operação de Loteamento, com Obras de Urbanização;
- O executivo da Câmara Municipal deferiu a licença, através da sua deliberação d.d. 15.12.2013, após a aprovação da proposta de desenho urbano (numa primeira fase) e após toda a tramitação e análise dos projetos complementares das infraestruturas; em consequência e como condição de emissão do competente Alvará, foi prestada a Garantia Bancária (BNC) nº D000011157, d.d. 29.03.2004, sobre o valor de 321.142,12€;
- Foi emitido o Alvará (único) de Loteamento com Obras de Urbanização nº 3/2004, na data de 04.11.2004;
- Decorreram algumas Obras de Urbanização e foi sendo gradualmente reduzido o valor da caução;
- Por deliberação do executivo da Câmara Municipal d.d. 11.11.2008, foi declarada a caducidade do loteamento por não terem sido concluídas, dentro do prazo, as Obras de Urbanização, nos termos da alínea d) do Artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2001; no âmbito dessa deliberação, insistia-se ainda quanto ao cumprimento do projeto aprovado no que à localização do Posto de Transformação dizia respeito;
- O valor da caução cifrava-se, então, no montante de 159.374,64;

- g) Por deliberação do executivo da Câmara Municipal d.d. 11.11.2008, foi decidido reabilitar o loteamento e conceder um prazo máximo (de 60 dias) para a conclusão das Obras de Urbanização;
- h) Por deliberação do executivo da Câmara Municipal d.d. 10.03.2009, aprovada a realocação do PT, face ao solicitado pela EDP em carta d.d. 17.02.2009;
- i) Entretanto, a caução prestada assistiu a mais uma redução, cifrando-se então no montante de 152.527,71€;
- j) Porque as Obras de Urbanização não foram (mais uma vez) devidamente concluídas, o executivo da Câmara Municipal deliberou a 08.09.2009, tornar definitiva a sua (anterior) intenção de declaração de caducidade (tal como havia sido deliberada a 11.11.2008);
- l) A firma titular do processo veio, através de requerimento com o registo de entrada "L002129"/091110" solicitar, ao abrigo do nº 3 do Artigo 58º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, uma Licença Especial, por 180 dias, para conclusão das Obras de Urbanização (pedido que veio internamente a ser reconvertido no correto enquadramento legal, à luz do nº 1 do Artigo 88º do mesmo RJUE);
- m) A EDP, contrariamente ao que vinha articulando diretamente com o Município, veio alterar o pedido de realocação do PT, solicitando que o mesmo fique posicionado no separador central/bateria de estacionamento; tal posicionamento veio a sacrificar 2 (dois) lugares de estacionamento aí previstos;
- n) Por deliberação do executivo da Câmara Municipal d.d. 12.04.2010, foi deferida a Licença Especial para conclusão das Obras de Urbanização; esse órgão deliberou ainda considerar não viável a nova localização do PT; e, em função de uma informação técnica da DOGU, decidiu exigir uma compensação pela não criação de 10 (dez) lugares de estacionamento, face às normas legais aplicáveis; salienta-se que a referida informação defendia que, não obstante a criação de 19 (dezanove) lugares de estacionamento público e de 41 (quarenta e um) lugares de estacionamento privado, a que correspondia um total de 60 (sessenta) lugares de estacionamento, seria exigível o número mínimo de 70 (setenta) lugares de estacionamento, face à Portaria nº 1182/92, de 22 de dezembro (aplicável à data do licenciamento da operação urbanística);
- o) Por deliberação do executivo da Câmara Municipal d.d. 26.04.2010, foi revista a posição sobre o PT, admitindo-se a realocação do PT para o local do separador central (local onde se encontra, atualmente);
- p) Por deliberação do executivo da Câmara Municipal d.d. 21.06.2010 e em adenda ao anteriormente comunicado, foi aprovado o montante da Compensação pelo número de 10 (dez) lugares de estacionamento não criado, conforme informação nº 2/2010: 10.252,00€ (10*1025,20€);
- q) A firma titular do processo veio, através de requerimento com o registo de entrada "L001537"/100831" solicitar a eliminação de um parque infantil (face aos constrangimentos que se vinham sentido no relacionamento com a CCDR-LVT em matéria de licenciamento no Domínio Hídrico), substituindo-o por uma zona verde;
- r) Por deliberação do executivo da Câmara Municipal d.d. 05.09.2011, foi aprovada essa alteração, na condição do promotor providenciar a devida alteração ao projeto e compensar a Câmara Municipal pela não execução desse equipamento;

- 7
- s) A firma titular do processo veio, através de requerimento com o registo de entrada "L001914/101027" solicitar novamente Licença Especial para conclusão das Obras de Urbanização; informada favoravelmente, o executivo da Câmara Municipal deliberou o deferimento dessa Licença em reunião d.d. 17.10.2011; cumulativamente, foi ainda deliberado comunicar à titular do processo a necessidade de alteração aos vários projetos de infraestruturas que não se verificavam cumpridos nas Obras de Urbanização realizadas até ao momento;
- t) Na mesma reunião, o executivo da Câmara Municipal deliberou ainda aprovar o valor de 36.000,00€ de avaliação de uma fração comercial localizada no Centro Histórico de Abrantes, para efeitos de caução por conta da redução de igual valor da garantia bancária então existente;
- u) Posteriormente, a firma titular do processo veio, por momentos distintos, solicitar que fosse efetuada redução para o valor mínimo exigível por lei, da caução então retida; invariavelmente foi sustentado por essa firma a (alegada) conclusão das Obras de Urbanização; tais requerimentos foram submetidos através dos Registos "L000549/120913", "L000502/140108";
- v) Consta do processo uma informação d.d. 07.02.2014 do Serviço de Fiscalização Municipal que elenca parte deste historial e conclui pela impossibilidade da receção provisória das obras de urbanização e, consequentemente, da redução da caução que se cifrará, ainda, no montante de 68.366,06€;
- x) Por último, importa ainda destacar o facto de em processo paralelo (PG15872/2012:90121), originado por reclamações várias do estado da urbanização e pelos sucessivos incumprimentos da promotora do loteamento, haver sido proposto o acionamento da caução bancária para execução dos trabalhos que se mostrem indispensáveis à boa e regular execução das Obras de Urbanização; tal proposta foi validada por despacho d.d. 26.09.2013, da Srª Presidente da Câmara Municipal, no âmbito desse processo genérico.
- 21
GT

Considerando que a antecedente Informação Técnica nº 46/2014-CM do Serviço de Fiscalização Municipal elenca um conjunto de procedimentos a serem alvo de decisão e ainda que concordando genericamente com alguns deles, outros porventura deverão ser equacionados.

Pelo que proponho superiormente o encaminhamento do processo, de modo a que sejam deliberados os seguintes assuntos:

1. Constam do processo requerimentos ("L000549/120913" e "L000502/140108") da firma promotora do loteamento, em que a mesma solicita a redução da garantia bancária para a caução "D000011157", emitida pelo Banco Nacional de Crédito.

Não estão reunidas, com base nos vários relatórios do Serviço de Fiscalização Municipal, condições para o deferimento desses pedidos, face ao atual estado das obras de urbanização (trabalhos não concluídos, deficiências várias e vasta desconformidade com os vários projetos de obras de urbanização, não havendo registo de qualquer tentativa de conciliação das obras com os projetos ou dos projetos com as obras); pelo que se propõe o indeferimento de ambos os pedidos.

2. Por deliberação, d.d. 17.10.2011, do executivo da Câmara Municipal, foi deferida a Licença Especial para conclusão das obras de urbanização; dessa decisão foi notificada a firma titular do processo, por Ofício d.d. 28.10.2011; a notificação foi recebida a 04.11.2011.

A firma titular do processo não cumpriu com as orientações dessa notificação, não tendo procedido ao requerimento para emissão do competente título (Alvará de Licença) e procedido ao pagamento das respetivas taxas.

Propõe-se, portanto, que o executivo da Câmara Municipal delibere determinar a caducidade dessa licença, nos termos do nº 5 conjugado com a alínea b) do nº 1 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

3. Em consequência desta e de anteriores deliberações de caducidade, impõe-se que sejam adotados os procedimentos previstos no Artigo 79º do mesmo RJUE.

Propõe-se que após decorrido o indispensável período de audiência prévia da interessada e tornada eficaz a caducidade agora proposta, seja o processo reencaminhado à decisão da Srª Presidente da Câmara Municipal, de modo a que a mesma, no uso exclusivo das suas competências, determine a cassação do alvará e, consequentemente, comunique à Conservatória do Registo Predial tal cassação, para efeitos de anotação à descrição ou de cancelamento do correspondente registo, nos termos do nº 2 do Artigo 79º do RJUE.

Dessa comunicação deverá igualmente ser dado conhecimento à CRP dos lotes que se encontrem na situação referida no nº 7 do Artigo 71º do mesmo RJUE (os lotes para os quais já hajam sido conferidos direitos de edificabilidade), nos termos do nº 3 do Artigo 79º do mesmo RJUE.

4. Considerando o estado das obras de urbanização, porque já se encontram construídas seis moradias unifamiliares (respeitantes aos Lotes 4, 5, 6, 11, 12 e 13) e porque esse estado vem sendo alvo de reclamações diversas, assumidamente pertinentes, importa refletir sobre a melhor decisão com vista à salvaguarda do interesse público.

Propõe-se que o executivo da Câmara Municipal pondere lançar mão da prerrogativa constante do Artigo 84º do RJUE, substituindo-se à firma titular do alvará, executando e concluindo as obras de urbanização nas condições consideradas como adequadas, considerando-se refletidas as causas para tal, refletidas nas alíneas b), c) e d) desse Artigo 84º.

Caso o executivo delibere nesse sentido, o processo deverá ser posteriormente encaminhado à Divisão de Gestão de Projetos e Produção, de modo a que a mesma promova aos indispensáveis procedimentos: execução das obras e adequação dos projetos das infraestruturas e arranjos exteriores (por administração direta ou por recurso a contratação pública).

De acordo com o nº 2 desse Artigo 84º, a execução das obras e o pagamento das despesas suportadas com as mesmas efetuam-se nos termos dos artigos 107º e 108º do mesmo RJUE (através de posse administrativa e cobrança coerciva), podendo para tal acionar a caução ainda retida (68.366,01€), de acordo com o nº 3 desse Artigo 84º.

- 7.
5. O executivo da Câmara Municipal deliberou, a 17.10.2011, aprovar o valor de 36.000,00€ (trinta e seis mil euros), atribuído à fração do rés-do-chão do nº 26 da Rua D. João IV, em Abrantes (de acordo com o relatório previamente apresentado pela Comissão de Avaliação Municipal), para efeitos de caução por conta da redução de igual valor da garantia bancária (então) existente.
- Cl
Co

Em função da proposta de decisão constante do ponto anterior e caso a mesma venha a ser proferida, deverá a aprovação d.d. 17.10.2011 (ponto 21) ser expressamente revogada, porque não produziu efeitos, porque a firma titular do processo vem persistentemente incumprindo com orientações da autarquia e porque esta decide substituir-se a ela na conclusão das obras de urbanização, havendo portanto que reter a caução e da mesma fazer uso para executar tais obras e cobrir todas as despesas com elas relacionadas.

6. O executivo da Câmara Municipal deliberou, a 21.06.2010, intimar a firma titular do processo para o pagamento de uma compensação relativa à quantidade de 10 (dez) lugares de estacionamento considerados em falta, na confrontação com os parâmetros de dimensionamento constantes da Portaria acessória ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; tal deliberação surgiu na sequência da Informação Técnica 41/10 EO.

Não vislumbro, porém, razoabilidade para tal proposta e, consequentemente, para a deliberação que, sobre a mesma, incidiu.

Sublinhe-se que a data de instrução do presente processo remonta a 27.09.2001, havendo a operação de loteamento sido aprovada por deliberação, d.d. 11.03.2002, do executivo da Câmara Municipal, o que equivale a dizer que foi nesta data validada a conformidade da operação urbanística com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

Acresce o facto de que a Informação Técnica 41/10 EO decorreu de despacho d.d. 23.12.2009, exarado a fls. 682 do Volume III, do (então) Vereador responsável pelo pelouro do Urbanismo (Arqº Rui Serrano), cuja intenção seria perpecionar se a implantação do PT, no separador central das circulações viárias do loteamento, implicava a entrada em incumprimento do número mínimo de lugares de estacionamento. Atualmente, confirmo (após deslocação e visita ao local) que se encontram prejudicados por essa implantação, dois lugares de estacionamento (o 4º e o 5º lugar, no sentido da entrada na urbanização).

Face ao exposto, proponho que se revogue a deliberação d.d. 21.06.2010, no que exclusivamente diz respeito à imputação do valor de compensação, recalculando-se presentemente a mesma de acordo com os Artigos 60º e 61º do Regulamento (municipal) de Urbanização e Edificação, em função da quantidade de 2 (dois) lugares de estacionamento sacrificados pela implantação do PT:

$$C = C1 = Vm (482,40€/m^2) * CI (0,85) * 2 lugares * 20m^2/lugar / 8 = 2.050,20€$$

Esse valor deverá ser pago, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de encaminhamento do assunto para a esfera do Contencioso.

Face à especificidade das decisões a tomar nos pontos 1. e 2., sobre as deverá ser concedida audiência prévia da firma titular do processo, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo; nada sendo dito que contribua, fundamentadamente, para a reversão do sentido dessas decisões, converter-se-ão as mesmas em definitivas.

Pl
G

À Consideração Superior



Carlos Santos Duque
Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

21
G

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2015/03/11

Folha : 1

Deferido 13.02.2015.

*** processado por computador ***
*** sistemas InforJue ***

Município de Abrantes

Data: 05-03-2015

Folha: 1

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 11.03.2015

Processo	Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Requerente, Residência	Nome / Morada	Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
							Tipo	Data	Teor
PG15526/2014:195238	03-11-2014	503798266		Gasabel - Sociedade Imobiliária, SA / Rua das Amoreiras, n.º 105 - Lisboa		Alteração de habitação / Quinta do Bom Sucesso - Alferrarede - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	24-02-2015	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG14648/2014:193135	17-10-2014	226485358		Bruno Miguel Dias Rodrigues Pereira / Rua 5 de outubro, Bloco 30 - 1.ª E - Montalvo - Constância		Alteração / ampliação de habitação - Vileias - Martinchel	Despacho	25-02-2015	Aprovadas alterações recentemente introduzidas ao projeto de arquitetura, mantendo-se o prazo legalmente previsto para entrega dos correspondentes projetos de especialidades comunicado por ofício d.d. 31.12.2014.
PG13508/2012:84783	03-08-2012	105983403		Maria José Damas Batista / Rua Bartolomeu de Gusmão - Rio de Mouro		Construção de muro de contenção de Terras / Pucariça - Rio de Moinhos	Despacho	25-02-2015	Aprovado projeto e o deferimento das alterações introduzidas no decorrer da obra, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento um aditamento ao alvará de licença
PG15478/2014:195116	31-10-2014	111246970		Rui Manuel Pratas Duarte / Rua do Campo da Bola, n.º 68 - São Miguel do Rio Torto - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo		Rua do Campo da Bola, n.º 68 - São Miguel do Rio Torto - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do TejoReconstrução de garagem /	Despacho	25-02-2015	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG2273/2015:208592	10-02-2015	133964760		Rosa Dias Antunes / Rua de São Pedro, n.º 80 - Estoril		Alterações em moradia unifamiliar / Escadinhas da Felicidade - Sentieiras - Fontes	Despacho	25-02-2015	Deferida licença, nos termos sugeridos.

Município de Abrantes

Data: 05-03-2015

Folha: 2

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 11.03.2015

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG11749/2014:185038	14-08-2014	245061282	Joana Maria Ferreira Chambe / Rua do Campo da Bola - Pego	Alteração / Reconstrução de habitação - Rua do Areiro, n.º 224 - Coalhos - Pego	Despacho	27-02-2015	Aprovado projeto de arquitectura, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica; deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG337/2014:152588	08-01-2014	112549098	Margarida Marques Fontinha Serrano / Largo da Lameira - Pego	Construção / legalização de garagem - Beco da Barroca - Pego	Despacho	27-02-2015	Indeferimento do pedido de licença, face ao incumprimento pela nossa notificação d.d. 06.01.2015, devendo formular-se o indispensável período de audiência prévia escrita, nos moldes do CPA.
PG2810/2015:210067	20-02-2015	148229549	Leonel do Carmo Gomes / Rua da Portela - caixa postal 7111 - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Alteração de anexo / Rua da Portela - Cabeça Gorda - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Despacho	02-03-2015	Rejeitado liminarmente o pedido nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, promovendo-se o indispensável período de audiência prévia.
PG24205/2011:53421	09-12-2011	177563796	Carlos Manuel Inácio Firme / Rua do Arneirinho, 685 - Martinchel	Construção de habitação / Casal do Rei - Martinchel	Despacho	03-03-2015	Deferida licença.